

Procedimento

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "J. Mendes", with a large circular flourish above it.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº. 36

Aos trinta dias do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e noventa e um, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na segunda reunião da sessão ordinária de Dezembro, sob a Presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais João Ferreira dos Santos e José Carlos da Silva Neves, respectivamente Primeiro Secretário eleito e Segundo Secretário em substituição legal do respectivo titular e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Arede de Jesus, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Manuel Branco Pontes, Élio Manuel Delgado da Maia, José Mendes Macedo Loureiro, Joaquim dos Santos Abreu, Rogério da Silva Leitão, Jorge Manuel do Nascimento, José Alberto Martins de Carvalho, Victor Manuel Barradas de Carvalho Sequeira, Fernando Santos Silva, Victor Manuel Cepeda Mangerão, Arlindo de Macedo Bastos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, António Ferreira da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tava

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top right of the page.

res, Maria Natália Gonçalves Leal, Custódio das Neves Lopes Ramos, António Óscar Moreira Paulo e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 21,30 Horas, o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais Manuel Simões Madail, Fernando Augusto de Oliveira, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Libério da Silva Santos, Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes, Olinto da Cruz Ravara, Elias de Oliveira Vieira, João Ferreira da Peixinha e Ester da Conceição Rocha Martins.

Imediatamente a seguir e retomando a ordem de trabalhos da Reunião de vinte e sete de Dezembro, o Presidente da Assembleia anunciou que se irá continuar a apreciação e discussão do PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 1992, nos seus vários OBJECTIVOS:

OBJECTIVO 03

ACÇÃO SOCIAL

No uso da palavra o Vereador Martinho Pereira, começou por referir que a Câmara propõe-se com este objectivo, dotar as freguesias de instalações de apoio social a todos os escalões etários da população, esperando a autarquia, como contrapartida ao esforço financeiro dispendido, uma utilização disciplinada e saudável dos equipamentos respectivos.

Disse ainda que grande parte das obras propostas para 92, transitam do ano anterior, ou porque devido ao seu peso inicial se ter proposto o seu faseamento, ou por não terem tido o desenvolvimento esperado, por condicionantes diversas.

Como empreitadas adjudicadas pela Câmara, está prevista a conclusão do Centro Social de Aradas, a continuação (2ª. fase) do Centro Cultural de Eixo e início da 3ª. fase.

Várias obras estão a ser executadas por administração directa através das Juntas de Freguesia respectivas, prevendo-se a continuação do apoio prestado por esta Câmara, nomeadamente a construção da Sede da Junta de Freguesia de S. Bernardo e Stª. Cecília, do Centro Paroquial de Nariz, do Centro de Formação e Cultura da Costa do Valado, do Centro Social de Horta, do Centro Paroquial de Esgueira, do Jardim de Infância do Centro Paroquial e Social de S. Jacinto, da Sede dos Escuteiros da Glória e do Centro Paroquial de Requeixo.

Final
S. M. Soares

No âmbito deste objectivo insere-se ainda a ampliação do Centro Social de Esgueira, a reabilitação do Centro Social de Eirol, o apoio à iniciação da execução das Juntas de Stã. Joana e Oliveirinha, à construção do Centro Paroquial da Glória e a execução de obras nos Armazéns Gerais para instalação do C. A.T..

Destaca-se ainda o propósito de implementação de medidas que visem fazer face à toxicodependência e a concretizações de acções nas urbanizações de natureza social, pátios e ilhas existentes no concelho que conduzam a um levantamento correcto dos problemas existentes e à minimização dos mesmos.

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Paulo Teixeira Santos, Rogério Madail e Fernando Tavares Marques.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Nuno Tavares, começou por se congratular com a inclusão no Plano de uma verba para combate à toxicodependência. Prosseguindo, referiu-se também ao facto desta Assembleia ter aprovado por unanimidade, à cerca de um ano uma moção no sentido da Câmara Municipal, implementar com a maior urgência possível medidas, tendentes à abolição de barreiras arquitectónicas que dificultam a mobilidade aos deficientes. Todavia e decorrido tal espaço de tempo, disse que a Câmara não fez rigorosamente nada no âmbito desta matéria, considerando por isso bastante grave tal procedimento por parte daquele órgão, não apenas por significar uma indiferença completa pelo sofrimento das pessoas que não podem deslocar-se normalmente para os vários pontos da cidade, dificultando assim o acesso às mais elementares estruturas que fazem parte do quotidiano do cidadão, como por exemplo usar uma cabine telefónica, entrar numa repartição pública, servir-se de instalações sanitárias públicas, etc.. Prosseguindo, disse ainda que para além dessa indiferença para com o sofrimento alheio, traduz também do ponto de vista político o mais completo desprezo por esta Assembleia e pelas suas deliberações.

A finalizar referiu mais uma vez a gravidade da questão e salientou que no momento oportuno não deixará de propôr a esta Assembleia as medidas que a lei lhe facultar e que entenda convenientes.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Manuel António, começou por pedir esclarecimentos relativos ao facto de estar prevista a construção de instalações para o C.A.T., no espaço ocupado pelos Armazéns Gerais. Referindo-se ao apoio à construção do Centro Paroquial da Glória, pretendeu saber se a Câmara vai efectivamente no ano em curso apoiar a construção do referido Centro.

Theris
Supendente

Usando também da palavra o Vogal Joaquim Abreu, expressou o seu agrado pelo facto de verificar que se encontra inscrita no Plano uma verba de 25 mil contos destinada à continuação das obras do Centro Cultural de Eixo; todavia não deixou de lamentar o facto de Eixo ser a última freguesia às portas da cidade a possuir esta infraestrutura. Prosseguindo, apelou para uma rápida execução dos trabalhos tendo em vista evitar os vários inconvenientes que normalmente resultam de uma obra parada muito tempo. Relativamente ao Centro Social do lugar de Horta, disse que se fôr intenção da Câmara delegar competência na Junta de Eixo, para esta prosseguir os trabalhos de construção do referido Centro, não vê qualquer inconveniente e a Junta aceitará essa delegação de competência. A terminar expressou ainda a sua satisfação pelo facto de verificar que a autarquia está empenhada na luta contra a toxicodpendência, incluindo para esse fim, neste Plano uma verba específica.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Santos Silva, considerou escassas as verbas atribuídas aos Centros Paroquial e Social de Esgueira, comparativamente com o mesmo tipo de verbas inscritas no Plano e destinadas a construções de idêntico fim em outros locais do concelho de Aveiro.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Cabral Monteiro.

No uso da palavra o Vogal Rogério Leitão, começou também por se congratular com o facto da Câmara se mostrar interessada no combate à toxicodpendência, todavia em seu entender a verba inscrita para esta finalidade não é de modo algum significativa para uma rubrica desta natureza, considerando também que a autarquia pode desenvolver outras acções no âmbito desta matéria, não se circunscrevendo apenas ao montante da verba inscrita. Prosseguindo, considerou ainda que se trata de um problema bastante grave e que deve ser valorizado por toda a sociedade e conseqüentemente, todas as medidas que visem a prevenção deste flagelo são de facto muito importantes.

Referindo-se à acção desenvolvida pela Associação Arte e Cultura (A.C.A.V.), a qual não foi citada especificamente no Objectivo Cultura, disse que muito embora saiba que estejam incluídas no Plano, verbas destinadas na generalidade a este tipo de Associações. Em sua opinião a actividade desenvolvida por esta Associação - desenvolvimento das Artes Plásticas, poderá vir a transformar-se num futuro próximo numa Escola de Artes Plásticas de que Aveiro carece, e como tal deve ser acarinhada pela autarquia através de um apoio mais eficaz.

Acção
Superabundância 

Novamente no uso da palavra o Vereador Martinho Pereira, referindo-se à problemática relacionada com as barreiras arquitectónicas que dificultam a movimentação do deficiente, disse que de facto quase nada se fez nesta matéria, todavia a Câmara tem posto em prática algumas acções solicitadas por moradores de alguns bairros sociais, nomeadamente a construção de rampas de acesso, adaptação de casas de banho, etc.. Disse concordar que de facto a Câmara deve implementar acções tendentes a solucionar esta problemática, que sem dúvida complica a vida do deficiente. Referindo-se ao Centro de Dia da Vila de Eixo, salientou que é desejo da Câmara ver ainda no decurso de 92 o início dos trabalhos.

Usando também da palavra o Sr. Presidente da Câmara, referindo-se ao C.A.T., disse que o mesmo vai mudar do actual local onde se encontra e vai ser instalado provisoriamente nos Armazéns Gerais, um pequeno estabelecimento de apoio aos trabalhadores municipais, o qual se deverá manter até à mudança definitiva da queles serviços para a Fábrica de Cerâmica da Pinheira, entretanto adquirida.

No que se refere à construção da Casa Eclesiástica, disse que este empreendimento não terá início em 92 e que a verba inscrita destina-se apenas ao projecto e não à obra em si, já que esta custa algumas centenas de milhares de contos e terá que ser incluída em P.I.D.A.C., estando prevista a sua inclusão somente em 93.

A terminar prestou ainda alguns esclarecimentos relativos ao Centro Paroquial e Social da freguesia de Esgueira, no que respeita à forma de financiamento destas obras.

OBJECTIVO 04 - SAÚDE

No uso da palavra o Vereador Carvalho da Fonseca, começou por referir que o texto deste Objectivo pouco difere do elaborado há um ano atrás pela Vereadora Amélia Brito; no entanto uma das alterações que em sua opinião considera de grande importância diz respeito à previsão de reuniões periódicas com os serviços oficiais de saúde, tendo em vista a avaliação sistemática da situação da saúde no concelho de Aveiro e o planeamento conjugado de medidas a adoptar. Considerou isto extremamente importante, porque apesar do concelho não ser dos mais degradados em matéria de saúde pública, entende que muita coisa há que fazer ainda nesta área e por isso todo o trabalho que seja desenvolvido conjuntamente entre a autarquia e as instituições de saúde não será demais. Prosseguindo, informou que a ra-

Aveiro
Supra

ção de aparecer no Plano, dois Centros de Saúde em Aveiro, deve-se ao facto da programação de Centros de Saúde que a Direcção Geral de Cuidados de Saúde Primários, neste momento adopta, prever que um Centro de Saúde não deve servir mais que 40 a 45 mil habitantes. Assim, obviamente, o concelho de Aveiro justifica que se perspetive desde já a existência de dois Centros de Saúde. A terminar a sua intervenção, registou com agrado o facto de ter tido já a oportunidade de analisar dois Planos de Pormenor apresentados em Reunião de Câmara, nos quais pôde verificar que em ambos os Planos se prevê a existência de instalações para unidades de Saúde.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal José Luís Christo.

Aberta a discussão o Vogal Joaquim Abreu, chamou a atenção para o facto das obras de construção da Unidade de Saúde de Eixo, estarem a decorrer com bastante lentidão, pelo que fez um apelo ao Executivo, no sentido de que envide todos os esforços para que se acelerem os trabalhos em curso, devendo mesmo a Câmara estipular um prazo de entrega ao empreendedor.

No uso da palavra o Vogal Cruz Tavares, começou por destacar que um dos aspectos importantes deste objectivo prende-se com o incentivo que se pretende dar à colaboração entre a Câmara Municipal e a Delegação de Saúde de Aveiro; considerou tal aspecto uma alteração qualitativa muito importante em relação à situação que até agora se tem vivido entre estas duas entidades, parecendo-lhe ver nisto, um indício de alteração de atitude que irá certamente beneficiar não só a Saúde Pública, como também a própria imagem da autarquia, já que e segundo este Vogal a Delegação de Saúde de Aveiro, tem sido uma das muitas entidades que têm sido apontadas publicamente como mais uma das entidades que acumula entraves à acção da Câmara. Continuando no uso da palavra, disse ainda que para além do incentivo à colaboração em áreas como o Saneamento Básico e o Abastecimento Público de Água Potável, deveria também ter-se em atenção, uma vez que não é referido neste objectivo, o tratamento de resíduos sólidos, já que se trata de matéria que constitui um problema gravíssimo no concelho de Aveiro.

A terminar a sua intervenção e atendendo a que se vislumbra uma colaboração entre a Delegação de Saúde e a Autarquia, lembrou que é possível obter uma melhor articulação entre estas duas entidades no conjunto das suas acções, nomeadamente no processamento do licenciamento de obras, abreviando os circuitos que actualmente correm uns a seguir aos outros (em série), quando os mesmos poderiam em muitos casos serem simultâneos, poupando-se assim alguns dias ou algumas semanas na tramitação vulgar, de obras às vezes insignificantes mas que acabam por ser retidas por prazos mais que razoáveis em consequência da pouca articulação que até agora tem existido entre as referidas entidades.

Luiz
Segredo

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Custódio Ramos, salientou que a verba inscrita para o objectivo em causa é escassa, muito embora se tenha verificado um aumento substancial em relação ao ano transacto de 4 500 para 10 mil contos.

Novamente no uso da palavra o Vereador Carvalho da Fonseca, referiu que relativamente à Unidade de Eixo, não existe qualquer protocolo assinado entre a Administração Regional de Saúde a Junta de Freguesia e o construtor da obra, constatando que de facto a obra se encontra bastante atrasada e que apenas teve conhecimento destes factos há relativamente pouco tempo. Assim e em sua opinião, o caminho a seguir para a resolução do problema passa pela conjugação de esforços pela Junta de Freguesia de Eixo, Direcção Regional de Saúde e Câmara Municipal no sentido de clarificarem a situação para que a Unidade de Saúde de Eixo possa de facto tornar-se uma realidade, colocando-se à disposição da Junta para eventual colaboração em todo este processo. Prosseguindo, referindo-se às relações Câmara Municipal/Delegação de Saúde, disse desconhecer quais as relações anteriores entre estas duas entidades; todavia considerou que os entraves que eventualmente foram levantados pela Autoridade Sanitária, derivaram apenas da aplicação exclusiva da lei e com o objectivo de evitar situações anómalas. Relativamente à questão do Tratamento dos resíduos sólidos, concordou que de facto tal matéria não está referida de uma forma explícita neste objectivo, porém uma parte do texto que acompanha este Plano, contém expressamente que toda a intervenção da Câmara na área da Saúde e a eficácia dos seus resultados dependem de uma perfeita conjugação de esforços entre os Departamentos interessados nesta matéria, sendo óbvio que não se trata apenas de um problema que tem a ver com outros departamentos da Câmara.

OBJECTIVO 05 - HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

No uso da palavra o Vereador Martinho Pereira, começou por traçar alguns aspectos essenciais que se prendem com este objectivo, nomeadamente os investimentos vultuosos que a autarquia tem feito em matéria de habitação social, com vista a dar resposta às enormes carências habitacionais no concelho de Aveiro. Continuando no uso da palavra referiu que a atracção do litoral pelas populações do interior continua a ser uma realidade, resultando de tal tendência dificuldades na resposta às necessidades de alojamento em condições dignas. Salientou ainda que, embora Aveiro possua um dos maiores conjuntos habitacionais sociais do país, este já não é suficiente para fazer face às actuais necessidades. Por último referiu que

um dos problemas que também preocupa a autarquia no momento, é a carência nas respectivas freguesias do concelho, de habitação social. Disse esperar que o ano de 92 seja o ano da sua concretização, já que a autarquia está bastante empenhada para que isso venha a ser uma realidade, referindo ainda que mesmo que não se verifique apoio das entidades que têm a seu cargo o financiamento da habitação, a autarquia irá tentar em algumas freguesias por iniciativa própria pôr em prática a execução deste tipo de habitação.

Ainda no âmbito deste objectivo usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para tecer algumas considerações relativas a Planeamento Urbanístico, salientando que em 91 o P.D.M., ficou praticamente concluído, estando agora a ser submetido aos pareceres que a lei determina e que 92 será o ano de encerramento de todo este processo.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Vítor Mangerão, criticou alguns aspectos negativos relacionados com a Urbanização de Santiago, considerou que os mesmos teriam sido obviados se atempadamente certas estruturas tivessem sido lá colocadas como por exemplo um Jardim Escola, Escola Primária, etc.. Disse também não entender a que é que se refere a verba de cem mil contos, destinada a infraestruturas e arranjos exteriores em Santiago, até porque o Sr. Presidente referiu que quinze mil contos da Urbanização de Santiago inscritos no objectivo 05, dizem respeito à parte da Câmara, porque o restante é investimento da parte do Estado. Prosseguindo teceu também críticas relativas aos trabalhos que se vêm desenvolvendo nas zonas envolventes dos prédios amarelos (Urbanização de Santiago), referindo que, se o investimento camarário de cem mil contos se destina à execução deste tipo de arranjo, pretendeu saber porquê e em quê? se vai gastar uma verba tão elevada.

Referindo-se à verba inscrita de oitenta mil contos destinada no geral às Juntas de Freguesia, lamentou que tal verba não esteja descrita de uma forma discriminada, já que considera importante saber-se quais os estudos que existem em matéria de construção e habitação social nas Juntas de Freguesia e quais as freguesias que irão ser contempladas com a referida verba, já que a única coisa de que tem conhecimento é de que no ano transacto, apenas se destinou trinta mil contos e há dois anos vinte mil contos para habitação social nas freguesias. Por isso, considerou que se a verba apresentada neste Plano significa um esforço acrescido da Câmara em matéria de habitação social nas freguesias, pois é óptimo, no entanto não deixará também de ser importante saber-se se a verba inscrita se destina apenas a estudos ou se se trata de uma verba radicada já em estudos concretos para que no final do ano se possa saber que nas várias freguesias do concelho, segundo critérios razoáveis as prioridades foram seguidas e a construção de habitação social começou de facto a ser implementada, pois considerou importante que este tipo de habitação não se circunscreva apenas à zona urbana, devendo ser extensiva também às zonas rurais, já que é

de opinião que ao dar-se qualidade de vida à área rural do concelho, pode ser a melhor forma de simultaneamente se defender a dignidade dos habitantes da cidade e do próprio meio rural.

Continuando no uso da palavra, disse não entender como é que neste momento vem no Plano uma revisão do Plano de Pormenor da Zona Central e ainda um Projecto de Execução do Centro Cívico do Cojo, cada um deles com uma verba de quatro mil contos; já que apesar das explicações dadas em sessões anteriores sobre matéria do P.D.M., não se sabe ainda muito bem em que é que consiste, considerando importante um esclarecimento nesta matéria, não só pelas verbas que envolvem, como ainda por lhe parecer que são vectores de toda uma estrutura possível de desenvolvimento urbano e de tomada de posição sobre uma série de aspectos do Planeamento Urbanístico da cidade.

Relativamente ao I.D.T. (Instituto de Desenvolvimento Tecnológico) e ao Centro de Exposições, pretendeu esclarecimentos sobre o ponto da situação, uma vez que considerou que tal matéria está pouco definida. Também quanto ao Plano de Urbanização de S. Jacinto, já que desde 89 se tem vindo a inscrever verbas para a sua concretização.

A terminar abordou a problemática relacionada com a iluminação da Baixa de Stº. António, salientando que não tem havido cuidado por parte do poder político em dar uma orientação aos seus técnicos no sentido destes projectarem para aquele local um tipo de estrutura que não se preste a actos de vandalismo; considerando inadmissível que no ano de 89 se tivessem gasto cinco mil contos em iluminação neste local e em 92 já se esteja a inscrever mais dois mil e quinhentos contos para o mesmo fim, entendendo que isto traduz má gestão por parte do Executivo Municipal.

Usando seguidamente da palavra o Vogal Joaquim Abreu, começou por chamar atenção de que a Freguesia de Eixo, é extremamente carenciada no que respeita a habitação social, havendo mesmo casos de famílias que vivem em condições degradantes, considerando urgente que se tomem medidas no sentido de eliminarem tais situações. Lamentou que nenhum membro do Executivo, tenha visitado a Freguesia, com vista a tomar contacto com este tipo de carências, no entanto a Junta tomou já algumas medidas tendentes a debelar o problema, todavia considerou que só com uma conjugação de esforços entre a autarquia e a Junta de Freguesia, se poderá solucionar o problema e ainda que a verba inscrita no Plano é já um bom sinal para o arranque da construção de habitação social em Eixo, existindo até terreno disponível adquirido pela autarquia há já alguns anos para esse fim, esperando por isso que no decorso do ano de 92 se dêem passos decisivos no âmbito desta matéria.

Felic *J. Fernandes*

Em matéria de iluminação pública, disse não poder aceitar que haja estatutos diferentes entre a cidade e a zona rural do concelho, já que em Eixo a iluminação pública piorou substancialmente em consequência da E.D.P., ter retirado lâmpadas em várias artérias da vila e as existentes serem de baixa potência; por outro lado referiu que em certas zonas da cidade a iluminação é mais que suficiente, o que de facto contrasta com a zona rural.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal António Salavessa, congratulou-se pelo facto de algumas questões já aqui levantadas no ano transacto e durante o ano em curso terem sido contempladas neste Plano de Actividades e particularmente neste objectivo, como por exemplo o Plano Director Municipal, a questão da Cooperativa Chave entre outras. Todavia, disse não poder deixar de chamar atenção para o facto do objectivo ter quatrocentos e quarenta mil contos a menos do que no ano anterior; portanto há de facto uma quebra brutal nas verbas disponíveis para este objectivo com particular incidência na habitação social, em que são menos 620 mil contos do que no ano passado. Considerou que é natural que hajam causas concretas ligadas aos investimentos que foi necessário fazer no ano passado e que esta Assembleia discutiu, mas mesmo assim, parece-lhe que do ponto de vista político é uma quebra demasiado grande e que em seu entender poderia ser atenuada através da manifestação de uma disponibilidade maior em relação aos problemas como aquele que o Presidente da Junta de Eixo colocou nesta Assembleia.

Usando da palavra o Vogal Jorge Nascimento, disse ser de opinião que a Câmara continua e bem a afectar a este objectivo uma parcela significativa do Orçamento Municipal. É sabido que Aveiro é uma cidade em crescimento e que um dos primeiros problemas que se depara é o da falta de infraestruturas de habitação. Prosseguindo, disse verificar-se que na área da habitação social a Câmara aposta fortemente investindo ela própria, aproveitando também paralelamente os investimentos da Administração Central, totalizando já mil seiscentos e cinquenta e quatro fogos destinados a habitação social, a qual tem vindo a ser aproveitada pela população mais carenciada de Aveiro. Saliou por isso que esta atitude da Câmara é louvável a todos os títulos e particularmente porque a Câmara não faz este tipo de acções somente com objectivos eleitoralistas, já que é de opinião que se se fizer um balanço das acções desta natureza está longe de se verificar que daí sobrevêm benefícios eleitorais, antes pelo contrário, uma vez que a percentagem dos contemplados é infinitamente inferior ao número de candidatos, resultando assim em prejuízos eleitorais, posto que, os não beneficiados naturalmente ficam revoltados.

Prosseguindo, teceu também algumas considerações relativas a matéria de habitação degradada, destacando que a autarquia dispõe de instrumentos legais que lhe permitem proceder à demolição de prédios em adiantado estado de ruína e que ofe

Acima

recem perigo para o cidadão, citando para tanto o Decreto-Lei 100/84. Relativamente à iluminação da Baixa de St^o. António, disse que o material eléctrico colocado pela Câmara naquele local, degradou-se não por ser o menos adequado, mas sim por ter sido alvo de actos de vandalismo, como tem acontecido com outro tipo de materiais espalhados por outros locais da cidade, não se podendo assim atribuir culpas ao Executivo Municipal, considerando por isso que se trata de um problema de falta de civismo, não podendo a Câmara estar permanentemente a policiar o local.

Relativamente à questão suscitada em torno da freguesia de S. Jacinto, referiu que não há dúvida que se trata de uma freguesia contemplada por este Plano e em sua opinião com alguma justiça, já que S. Jacinto é uma freguesia em franco crescimento muito bem ordenado, uma freguesia bem administrada, explicando isto que a Câmara apoia quem deve, sem desprimor para outras Juntas, atendendo a Câmara apenas ao desenvolvimento local sem ter particular atenção se a Junta é ou não da mesma conotação partidária, o que e no caso em apreço até se trata de uma Junta P.S. e que a Câmara não tem quaisquer dúvidas em apoiar.

Imediatamente a seguir o Sr. Presidente da Assembleia, chamou atenção dos Srs. Deputados para a necessidade de melhor gerirem o tempo das suas intervenções, sintetizando as mesmas, tendo em vista uma maior economia de tempo e para que seja possível concluir a agenda de trabalhos.

Usou seguidamente da palavra o Vogal Manuel António, para referir a necessidade de se proceder ao arranjo das zonas envolventes das novas Urbanizações, já que constata que este aspecto tem sido relegado para segundo plano, citando o exemplo de três zonas recentemente urbanizadas - zona a Poente da 25 de Abril; Bairro Carramona e Bairro do Caião, salientando que os arranjos exteriores desta urbanização avançam a ritmos diferentes e com verbas contempladas para esse fim de igual modo diferentes; pois enquanto que na 25 de Abril os arranjos exteriores estão praticamente concluídos, na Urbanização do Carramona no ano transacto foram gastos em arranjos exteriores sete mil e quinhentos contos, não sabendo muito bem em quê. Por último e no que se refere aos arranjos exteriores do Bairro do Caião, considerou vergonhoso o seu aspecto actual e extremamente escassa a verba de mil e quinhentos contos destinada ao seu arranjo, pois entende que as pessoas que aí vivem têm tanta dignidade de viverem num local limpo, como as pessoas que residem na Av. 25 de Abril.

Usando seguidamente da palavra o Vogal Custódio Ramos, teceu algumas criticas ao objectivo em causa e especialmente no que se refere ao arranjo das zonas envolventes dos Bairros Sociais de Santiago, considerando que a verba de duzentos mil contos gasta em jardins de bairros sociais, é ofensiva à pobreza. Con-



 tinuando no uso da palavra, referiu que tem sido argumentado por parte da autarquia, que a culpa é da Administração Central; contudo salientou que passaram já vários Governos depois que o Plano de Santiago se começou a pôr em prática e nada se fez para alterar esta situação, considerando por isso que se trata de uma questão de falta de vontade política por parte da autarquia para negociar com as várias entidades a re formulação de todo aquele plano, o qual em sua opinião não tem pés nem cabeça, nada tendo a ver com a filosofia de Aveiro.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Cruz Tavares, começou por se referir ao Planeamento Urbanístico, concretamente no que respeita à Urbanização de Santiago e aos seus arranjos exteriores, destacando a divergência que existe nesta zona, entre a Câmara Municipal e a Universidade. Disse pensar tratar-se de um impasse criado pela Câmara, motivado por construções que entretanto surgiram naquele local e que contrariavam determinados compromissos entre a Câmara e a Universidade, resultando em ma situação que tarda em ser resolvida, não lhe parecendo poder sê-lo com a verba inscrita de duzentos contos destinada ao desenvolvimento do aglomerado de Santiago. Considerou o problema do aglomerado de Santiago grave, vai determinar muito da "afeição" daquela zona uma vez que o impacto das construções da Universidade é muito grande, estando mesmo convencido que muitas pessoas ainda não se aperceberam desse impacto mesmo do ponto de vista puramente urbanístico das construções da Universidade. Por tal facto, considerou o problema da ligação e da acomodação urbanística entre a aldeia de Santiago e as construções da Universidade, grave, parecendo-lhe também que o mesmo é da responsabilidade da Câmara Municipal.

A finalizar a sua intervenção e referindo-se à problemática do Cojo, disse serem do seu conhecimento pelo menos já três ou quatro projectos para o arranjo da da quele espaço citadino, nos quais se gastaram já algumas dezenas de milhares de contos em papel para resolver o problema. Todavia garantiu que não será esta Câmara que irá resolver o problema do Cojo; vai de facto gastar no próximo ano mais quatro mil contos e se cá estiver daqui a dois anos gastará mais alguma coisa, contudo o problema do Cojo não será resolvido por esta Câmara, já que para a resolução do problema é necessário assumir-se a controvérsia.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Rogério Madail, para referir que se verifica uma incoerência na distribuição de verbas, em relação aos arranjos exteriores de Santiago, em contraposição com a verba destinada a habitação social nas freguesias.

Usando novamente da palavra o Sr. Presidente da Câmara deu explicações pormenorizadas âcerca das questões que no decurso da discussão do objectivo foram levantadas.

Anúncio

OBJECTIVO 06 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE

Expendido

Usaram da palavra para fazerem a apresentação do Objectivo supra, os Vereadores Victor Silva e Ferreira da Maia, os quais após tecerem algumas considerações sobre o objectivo em análise, colocaram-se à disposição da Assembleia para eventuais pedidos de esclarecimento.

Aberta a discussão, usou da palavra o Vogal Victor Mangerão, para lamentar o facto da Câmara de Aveiro, inscrever apenas neste Plano, uma verba de sessenta mil contos para fazer face a problemas tão importantes, como o Saneamento e a Salubridade.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Custódio Ramos, disse ter ficado surpreendido pelo facto de ter tido conhecimento através da imprensa que a Câmara paga mil contos/mês a uma empresa por um determinado tratamento de resíduos. Referiu estar convencido que era precisamente o contrário, que a Câmara é que recebia de uma empresa numa cooperação para tratamento de lixos, uma verba para o efeito, daí ter ficado confuso quando leu que afinal a Câmara pagava; pelo que solicitou esclarecimentos sobre o assunto.

Prosseguindo e referindo-se ao facto de estarem previstas novas zonas industriais, considerou que seria importante saber-se qual o tipo de resíduos industriais que o concelho de Aveiro produz, tendo em vista o seu posterior tratamento.

A terminar e relativamente aos trabalhos de saneamento na Estrada Nova do Canal, pretendeu saber qual o ponto da situação desta obra.

Usando também da palavra o Vogal Joaquim Abreu, alertou a Câmara, para o mau estado de conservação dos contentores na área da Junta de Freguesia de Eixo, entendendo que é necessário mandar proceder à reparação dos mesmos. Fez também referência a uma deficiente recolha de lixo e à falta de cuidado por parte de alguns funcionários que fazem essa recolha. Solicitou ainda a colocação de vidrões na freguesia, querendo também saber quais os Cemitérios do concelho, que vão beneficiar da verba de quatro mil contos inscrita no Plano, para obras de beneficiação.

O Vogal Rogério Madail, referiu que não vê neste Plano, qualquer preocupação por parte da Edilidade em resolver o problema dos maus cheiros provenientes da Ria.

Também usou da palavra o Vogal Manuel António, para referir a necessidade de se disseminarem papeleiras pelos vários locais da cidade. Atendendo à grande expansão urbana da Freguesia de Esgueira, considerou que a carência daquele mobiliário urbano também se faz sentir naquela freguesia.

Respondendo às questões entretanto colocadas o Vereador Ferreira da Maia, começou por referir que o tratamento de resíduos sólidos na lixeira controlada pela Câmara custa à autarquia mil contos/mês, sendo de facto esta, a quantidade que a Câmara tem vindo a gastar com o tratamento de resíduos sólidos na lixeira controlada. No que se refere aos resíduos industriais, disse ser de facto preocupação da Câmara diferenciar os resíduos tóxicos e perigosos dos resíduos inócuos. Salientou que a autarquia está de facto preocupada com os problemas da poluição, do meio ambiente e na melhoria da qualidade de vida para o município.

Relativamente à questão dos trabalhos de saneamento na Estrada Nova do Canal, informou que a rede de saneamento vai neste momento até junto dos Lavadouros Municipais, prevendo-se a sua ligação à Rede de Saneamento de Sã-Barrocas.

No que se refere ao problema dos contentores para recolha de lixos na Freguesia de Eixo, disse surpreender-se um pouco com a situação descrita pelo responsável daquela freguesia, uma vez que a Câmara renovou no ano em curso uma grande quantidade de contentores espalhados pelo concelho e daí estar convencido que Eixo tivesse sido contemplada; anotou o problema deixando a promessa de resolução do mesmo. Relativamente à verba destinada a obras de beneficiação nos cemitérios directamente ligados à responsabilidade da autarquia, não significando isto que a Câmara não alargue esses melhoramentos a outros cemitérios do concelho, bastando para tanto que as Juntas o solicitem. No que se refere à problemática ligada à Ria de Aveiro, disse ser de facto uma preocupação da autarquia, mas a verdade é que compete à J.A.P.A. todos os trabalhos a levar a efeito na área da Ria; disse julgar também que este organismo e a própria Associação de Municípios da Ria irão ter condições para fazer face aos problemas ligados à Ria.

Novamente no uso da palavra o Vogal Cruz Tavares, alertou para o inconveniente que representa as "Casas Mortuárias", situadas junto da via pública, referindo-se concretamente à "Capelinha do Espírito Santo" em Esgueira, a qual pela sua localização origina vários problemas para o trânsito naquela artéria. Considerou que esta situação poderia ser facilmente ultrapassada, activando para tanto uma Capela mortuária, localizada no interior do Cemitério de Esgueira, a qual só não está em funcionamento por estar sujeita a horários do pessoal dos cemitérios, resultando assim que as pessoas que pretendam velar um corpo para além das 18,00 horas não o podem fazer nessa Capela, por isso urge pôr em prática um sistema que dê solução ao problema.

Neste momento saiu da sala o Vogal Rogério Leitão.

Martin

OBJECTIVO 07 - PROTECÇÃO CIVIL

Supremo

No uso da palavra o Vereador Martinho Pereira, começou por destacar que é intenção do Executivo implementar no ano em curso o Serviço Municipal de Protecção Civil, referindo que o mesmo irá funcionar no R/Chão das antigas instalações da Rota da Luz. Estão previstas várias acções de sensibilização sobre a matéria, nomeadamente, junto de vários estabelecimentos de ensino. A terminar evidenciou o apoio dado pela autarquia às duas Corporações de Bombeiros da cidade, salientando que todo o apoio dado nunca será demais, atendendo à actividade desenvolvida por estes organismos.

Aberta a discussão, usou da palavra o Vogal Custódio Ramos, para alertar que não basta existir um Gabinete de Protecção Civil, é necessário também promover-se acções complementares, nomeadamente proceder-se ao levantamento prévio junto das várias indústrias, com vista à catalogação dos produtos que cada uma das fabricas, para que em caso de catástrofe as unidades de saúde possam estar munidas atempadamente do antídoto adequado para combater determinado tipo de intoxicação provocada por esses mesmos produtos.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Ferreira da Silva, que começou por se congratular com a criação do Gabinete de Protecção Civil, lamentando contudo a escassez das verbas destinadas à prossecução dos fins, que este gabinete se propõe atingir. Desejando a finalizar, que o mesmo seja bastante activo e que não venha a ser mais um gabinete fechado em si mesmo.

Novamente no uso da palavra o Vereador Martinho Pereira, depois de tecer algumas considerações sobre a matéria em apreço, referiu que é objectivo prioritário deste gabinete, inventariar todo o tipo de danos possíveis, localizá-los, visando a obtenção do antídoto necessário a cada caso concreto.

OBJECTIVO 08 - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO

PÚBLICO

No uso da palavra o Vereador Celso Santos, destacou diversas acções referentes à promoção turística da região, informação e relações públicas bem como outras iniciativas a levar a efeito pela autarquia. Prosseguindo, referiu que é intenção do Executivo Municipal, promover todo o concelho, do ponto de vista turístico, colaborando para tanto com a Região de Turismo em tudo aquilo que se julgue necessário a esse fim. Deu nota de várias acções desenvolvidas e a desenvolver, como por exemplo a participação em feiras, intercâmbio entre cidades-irmãs, elabora-

Fluency  *S. J. Fernandes*

ção do Roteiro da cidade, etc.. No que respeita à animação focou a Festa da Ria e os circuitos de promoção turística na Ria. Relativamente à informação e relações públicas, disse ser intenção já demonstrada de se criar uma informação Municipal em colaboração íntima com a Região de Turismo. No que se refere a outro tipo de iniciativas fez referência ao estudo prévio do Parque de Campismo do Carochó, informando que tal estudo se encontra concluído; referiu também haver preocupação por parte da Câmara em criar zonas de lazer, promovendo nomeadamente o arranjo de um espaço em Requeixo e ainda uma zona situada nas Agradas do Norte com vista para o I.P.5 (construção de um Miradouro no local), com vistas para a zona lagunar. Fez referência ao facto das receitas da lancha serem deficitárias em relação às despesas de manutenção a que a mesma tem sido sujeita, não se obtendo como é óbvio lucros com a sua actividade, acontecendo o mesmo com os barcos moliceiros.

No que diz respeito a Mercados e Feiras, disse prever-se o início da construção de novos Mercados, nomeadamente o Mercado da zona sul; relativamente aos existentes prevêem-se obras de beneficiação nos mesmos; está previsto também o apoio às Feiras de Oliveirinha e Eixo. No que respeita à realização de Feiras e Exposições da iniciativa da autarquia, salientou que a verba inscrita para este fim, apesar de ser inferior à do ano transacto, é suficiente, na medida em que este tipo de iniciativas paga-se a si mesmo pelas receitas que gera; deu nota também da aquisição de uma viatura para apoio ao Parque de Exposições e o apoio à criação do novo Parque de Feiras. A finalizar e no que respeita a matéria de apoio a zonas industriais, referiu o desenvolvimento das zonas industriais de Mamodeiro e Nariz, bem como o apoio à construção de infraestruturas, dando nota também de algum zelo no que respeita à zona industrial de Taboeira.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Victor Mangerão, depois de tece algumas considerações relativas à matéria em apreço, disse surpreender-se que sendo o enquadramento geográfico, físico, ecológico da nova Zona Industrial de Mamodeiro, motivo de preocupação desde o seu início, não esteja nada contemplado no Plano, relativamente à construção de uma Estação de Tratamento adequada, isto numa altura em que a construção de unidades industriais é já uma realidade naquela zona, surpreendendo-se ainda pelo facto de nem sequer estar prevista uma verba para o estudo da referida estação de tratamento, a qual em seu entender tem que ser forçosamente um factor fundamental para que a referida zona industrial comece a laborar.

Usando também da palavra o Vogal Rogério Madail, teceu algumas críticas ao programa destinado ao Turismo, considerou tratar-se de um programa sem ambições, apenas com meia dúzia de acções pontuais. Disse ser de opinião que nesta matéria deveriam definir-se alguns vectores de desenvolvimento turístico, que pudessem servir de base a um diálogo com a Rota da Luz.

Alcides

Em matéria de Mercados e Feiras, pretendeu saber a que se destina a verba inscrita de vinte mil contos e ainda quais são os tipos de apoio que estão previstos neste âmbito.

No que respeita a zonas industriais, referiu que na Zona Industrial de Taboeira, se verifica a existência de espaços/^{afectos} que não têm qualquer tipo de ocupação já que as empresas que adquiriram esses terrenos nunca chegaram a implantar lá qualquer tipo de unidade industrial, considerando por isso que se trata de um procedimento negativo, pelo que chama atenção da Câmara para esta situação.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Ferreira da Silva, expressou o seu agrado por ver contemplado no Plano a elaboração de um Roteiro Turístico, bem como a construção de zonas de lazer e recreio, chamando atenção para a zona arborizada situada na Forca-Vouga, a qual em sua opinião tem bastantes potencialidades para este tipo de infraestrutura. Relativamente à implantação de um posto de Informação Turística, considerou que não deve ser posta de lado a ideia de aproveitar a zona exterior da Biblioteca Municipal, para essa finalidade, já que o local é bem no centro da cidade.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Custódio Ramos, teceu fortes críticas relativas ao mau estado de conservação do piso onde se efectua a Feira dos 28, considerando também que o Mercado Abastecedor dá uma má imagem da cidade ao forasteiro que nos visita já que o referido Mercado não é mais que um aglomerado de barracas.

Novamente no uso da palavra, o Vogal Jorge Nascimento, considerou que é positivo que a Câmara não venha concorrer com a Rota da Luz, mas sim colaborar. Prosseguindo, considerou de igual modo uma nota positiva a menção que se faz à criação de um Parque de Campismo, uma vez que se trata de uma infraestrutura importante de que a cidade carece e embora esteja ainda só previsto em estudo, fez votos para que tal infraestrutura venha a ser uma realidade, e tanto quanto possível perto da cidade.

A terminar e no que se refere aos Mercados e Feiras, considerou bem aplicada a verba de vinte mil contos destinada a Feiras e Exposições, já que Aveiro tem tido certames de certa qualidade os quais têm merecido críticas generalizadamente positivas e como tal o dinheiro destinado a este fim, é em seu entender bem aplicado. Referiu ainda que a construção do Mercado da zona a sul (Santiago) é a verba que maior peso tem neste objectivo. Terminou fazendo votos para que esta parte do Plano seja executada em 92.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Joaquim Abreu, pretendeu saber concretamente quais as beneficiações que a Câmara pretende levar a efeito na Feira de Eixo.

Usando novamente da palavra o Vereador Celso Santos, deu pormenorizadas explicações relativamente às questões que foram levantadas pelos vários intervenientes na discussão do objectivo supra.

OBJECTIVO 09 - COMUNICAÇÃO, TRANSPORTES, REDE VIÁRIA E
SINALIZAÇÃO

Usou da palavra o Vogal Vítor Silva, para fazer apresentação do objectivo e tecer algumas considerações relativas ao mesmo, colocando-se seguidamente à disposição dos membros da Assembleia para eventuais esclarecimentos.

Aberta a discussão usou da palavra o Vogal Joaquim Abreu, para alertar a Câmara para o facto, de estar a entregar a execução de empreitadas a empresas que não têm capacidade técnica para executarem esses serviços, revertendo isso em prejuízo não só para os munícipes como também para a Câmara Municipal. No caso concreto da freguesia de Eixo, aguarda-se ainda que o empreiteiro dê por terminados os trabalhos, tendo o atraso dos mesmos originado alguns problemas à população residente. Desejou também saber se os quarenta mil contos inscritos no Plano, para a reabilitação da E.N. 335 Aveiro/Quintãs, prevêm o asfaltamento entre Quintãs e Oliveirinha.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Manuel António, pretendeu saber se a verba de três mil e quinhentos contos envolve também a construção de passeios junto à Escola das Cardadeiras, em Esgueira; de igual modo pretendeu saber quais os locais onde se prevêm instalar os cento e vinte e cinco parcómetros adquiridos pela Câmara.

Usou da palavra o Vogal Victor Mangerão para referir que em matéria de estacionamento, constata mais uma vez a exemplo do ano transacto, e de há dois anos, que aparece uma verba destinada ao estudo de silos para automóveis, pelo que, disse não saber muito bem se se há-de admirar e congratular ou se não levar a sério, já que não compreende como é que neste momento ainda não existem estudos sobre esta matéria e possivelmente não haverá também uma decisão tomada quanto aos possíveis locais para a sua instalação. Prosseguindo, disse não compreender a que é que se destina a verba de três mil contos, inscrita para o arranjo de Parques de Estacionamento, já que na zona do Cojo, tanto quanto sabe não se fazem lá obras; na zona junto ao Governo Civil ainda muito menos já que aquele espaço é privado; não sabendo por isso onde é que se vai aplicar a referida verba. A finalizar a sua intervenção, pretendeu saber a que é que se refere concretamente a verba de cinco mil

contos destinada à abertura do Aeródromo de Aveiro.

Novamente no uso da palavra o Vereador Victor Silva, disse que de facto houve alguns problemas com a empresa que efectuou alguns trabalhos de pavimentação em Eixo, a Câmara está a estudar o problema e considerou já a hipótese, de futuramente deixar de convidar essa empresa. Relativamente à questão dos passeios na Rua das Cardadeiras, disse que efectivamente a verba inscrita se destina à construção dos mesmos e que a verba de quarenta mil contos se destina ao arranjo do troço que vai de Aveiro à Ponte da Rata. Finalmente informou que a localização do aeródromo de Aveiro está prevista para a zona da freguesia de Eixo.

Usando também da palavra o Vereador Martinho Pereira, deu alguns esclarecimentos relativos a matéria de estacionamento, referindo que a colocação de novos parcómetros se insere no âmbito de um estudo a ser implementado e que será tornado público logo que concluído. No que se refere à construção de silos para automóveis, disse que existe um estudo para a localização dos mesmos, estando nas intenções da Câmara implementar a sua concretização.

OBJECTIVO 10 - DEFESA DO MEIO AMBIENTE - JARDINS

Feita a apresentação deste objectivo pelo Vereador Celso Santos, usou da palavra o Vogal Vitor Mangerão, que começou por considerar um pouco falacioso que a defesa do meio ambiente se circunscreva apenas a arranjos de jardins. Para este Vogal a defesa do meio ambiente deveria englobar uma série de medidas muito complexas. Disse também reconhecer o investimento feito pela Câmara Municipal em matéria de arborização e ajardinamento; todavia criticou a ausência de critérios por parte da Câmara em relação ao investimento verde, pois enquanto que a arborização em si mesma é um investimento relativamente barato, fácil de executar e sobretudo fácil de manter. Ao contrário, considerou que o ajardinamento é extremamente caro quer em termos de manutenção, quer em termos de investimentos iniciais. É de opinião que em Aveiro se exagera extremamente em termos de ajardinamentos e nem sempre com os melhores critérios. Supondo por isso que se deveria privilegiar a arborização em detrimento de pequenos pseudo-jardins que podem ser muito bonitos, mas que frequentemente não valem a pena, já que estão situados em zonas perfeitamente discutíveis, quanto àquilo que é a finalidade de um jardim - que é ter utilização. Prosseguindo, considerou escassa a verba destinada à arborização do meio rural, já que entende que é importante que se olhe um pouco para o meio rural. Em contrapartida disse ser de opinião que as verbas destinadas a ajardinamentos são extremamente exageradas em termos daquilo que se decide pôr em prática, já que significam uma brutalidade de dinheiro que poderia ter outra aplicação.

Luiz

Usou seguidamente da palavra o Vogal Cruz Tavares, para referir que vem citada várias vezes a Urbanização da Baixa de St^o. António, quer no aspecto de zonas verdes, de equipamentos, etc.; todavia disse não ter visto referido em parte alguma a ligação que está prevista do Bairro do Alboi aos novos edifícios que já estão inclusivamente habitados e construídos na Baixa de St^o. António. Considerou que o arranjo do arruamento que faz ligação aos referidos edifícios é importante já que as pessoas para entrarem nas suas casas têm um acesso deficiente e não vê que o mesmo esteja contemplado neste Plano de Actividades, pelo que solicitou esclarecimentos.

Seguidamente o Vogal Joaquim Abreu, fez um apelo no sentido de que a freguesia de Eixo, seja contemplada também com arborização e espaços verdes.

Novamente no uso da palavra o Vereador Celso Santos, depois de ter algumas considerações sobre os problemas entretanto levantados, salientou que muitas das sugestões aqui referidas, irão ser implementadas pela autarquia.

OBJECTIVO 11 - GABINETE DE RECUPERAÇÃO URBANA

Feita a apresentação do objectivo pelo Vereador Victor Silva, usou da palavra o Vogal Rogério Madail, que começou por considerar que o valor atribuído à promoção e gestão de incentivos aos proprietários e residentes; para a realização de obras de reabilitação em edifícios degradados é de facto escassa. Sugeriu seguidamente que a Câmara poderia adoptar uma modalidade de reembolso aos proprietários desses imóveis, pelo valor da contribuição autárquica; considerando que isto sim, seria um incentivo interessante.

Usou também da palavra o Vogal Cruz Tavares, para se referir mais uma vez aos pontões para peões que atravessam a Ria na zona do Cojo, considerando que os mesmos não contribuem minimamente para reabilitar a imagem urbana da Ria e da cidade. Disse pensar ainda, que com outro tipo de desenho se poderia beneficiar a imagem da zona do Canal.

Novamente no uso da palavra o Vereador Vitor Silva, disse que em matéria de incentivos aos proprietários de edifícios degradados, a sugestão dada seria de considerar e relativamente aos pontões referiu que de facto nada está previsto neste Plano que aponte para uma alteração dos actuais, muito embora concorde que ao fim de todos estes anos se comece já a justificar uma modificação da actual estrutura metálica.

Terminada a apreciação do Plano de Actividades da Câmara Municipal, passou-se de imediato à apreciação do Plano dos Serviços Municipalizados.

Amey

[Signature]

PONTO Nº. 5 - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - PLANO DE
ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 1992

PLANO DE ACTIVIDADES 1992
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

Usando da palavra o Vereador Vitor Silva, não teceu qualquer comentário ao Plano em epígrafe, preferindo colocar-se à disposição da Assembleia para eventuais esclarecimentos, relativos à matéria.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Joaquim Abreu, para referir, que depois de uma análise atenta ao documento, constata que do mesmo não faz parte o alargamento da rede de águas ao domicílio na freguesia de Eixo, indicando também alguns locais daquela freguesia que se encontram carentes desta infra-estrutura.

Tomando a palavra o Vereador Vitor Silva, reconheceu que em relação a Eixo, existem de facto algumas carências que entretanto irão ser resolvidas por administração directa.

Usando seguidamente da palavra o Vogal António Salavessa, referiu que o debate dos Planos de Actividades, suscitam-lhe a seguinte apreciação global: -"Continua a não existir o método participado na elaboração do Plano de Actividades, método que nós defendemos - não foram ouvidas todas as Juntas de Freguesia, não foi envolvido o conjunto das instituições culturais, das Associações Desportivas, etc.. Continua a não existir a integração do Plano de Actividades do ano de 1992, num Plano mais geral de investimentos plurianuais que nos dê uma perspectiva de como é que o ano que vem se insere nos anos seguintes, isto é qual é a política a médio prazo da Câmara Municipal. Surgiram entretanto este ano algumas alterações no Plano, quer na sua forma, na sua fundamentação e nalgumas propostas, que penso resultarem da intervenção nesta Assembleia, quer nossa, quer de outras bancadas. É exemplo disso a nota introdutória, que não existia, alguns cuidados de justificação, surgiu a questão dos P.D.M.^s, há uma clarificação sobre quais são os investimentos do Estado e os investimentos da C.E.E., e penso que é mais equilibrado entre os diversos objectivos. Foi feito portanto um esforço comparativamente com o ano passado. Subsistem todavia alguns problemas que penso que devem ser referidos: - o Plano continua a ser em grande parte um manifesto de intenções, foi provado durante o debate que há várias rubricas que se repetem de ano para ano e algumas áreas são claramente entendidas relativamente a outras - a Cultura, o Desporto, a Habitação Social, o Ambiente; isto apesar da poluição ter sido referida há pouco tempo num inquérito por um dos órgãos da Comunicação Social do concelho, como o problema que a população mais sen

te dentro do nosso concelho. Nesta fase inicial do debate, repito aquilo que já disse o ano passado - a C.D.U., não está no Executivo, por isso não participa de forma diferente na elaboração do Plano, se estivessemos procuráramos que o documento fosse diferente nas prioridades e nas acções a desenvolver. É de alguma forma frustrante, estar aqui a apreciar um documento para o qual não podemos produzir alterações, todavia a lei é assim que está, é o Plano da Câmara, a Câmara assume-o como tal, o ano passado teve uma posição numa votação, este ano altero-a ligeiramente, tendo em conta as alterações que foram introduzidas na sua elaboração e na sua fundamentação".

Não se registando mais intervenções o Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia os PLANOS DE ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS PARA 1992, tendo os mesmos merecido aprovação por dezassete votos a favor e doze abstenções.

Seguiram-se declarações de voto dos seguintes Vogais:

Do Vogal Joaquim Abreu, nos seguintes termos: -"votei a favor não na perspectiva da apreciação global do documento, mas para dar à Câmara Municipal de Aveiro, a possibilidade de rectificar todo um relacionamento negativo, muito prejudicial à população da Vila de Eixo".

Do Vogal Victor Mangerão nos seguintes termos: -"abstive-me, apesar de todos os inconvenientes e de todos os aspectos menos claros do Plano de Actividades, ficaram claramente demonstrados para que a Câmara Municipal tenha numa última oportunidade dentro deste mandato de poder demonstrar que é capaz de concretizar um Plano de Actividades. Foi plenamente demonstrado que a maior parte destas rubricas são repetitivas não há um planeamento em face de um cronograma de acções, não se vislumbra criatividade, não há um relançamento de novas opções que dinamizem o futuro do concelho, há um planeamento meramente de gestão, praticamente sem inovação; é evidente que a Câmara como tem legitimidade para ser executivo precisa de um instrumento de trabalho e todos nós precisamos que a Câmara apesar de tudo trabalhe. A abstenção é o mínimo que eu pessoalmente podia fazer, era também o máximo que eu poderia dar a este Plano de Actividades".

Do Vogal Custódio Ramos, nos seguintes termos: "O Plano de Actividades para 1992, comparado com os Planos dos anos anteriores não apresentava o grau de fiabilidade suficiente para não merecer as críticas sempre construtivas que foram avançadas durante a sua apreciação por esta Assembleia. A maior parte dos esclarecimentos produzidos pela Câmara durante a discussão, não conseguiu suprir tal insuficiência o que poderia conduzir-nos a um voto favorável como desejaríamos. A abstenção traduz uma atitude muito responsável dos deputados do P.S., cuja participação interessada e por vezes acalorada teve por objectivo tão só clarificar as situações, nu-

ma perspectiva apesar de tudo o melhor bem estar de todos nós cidadãos de Aveiro".

Do Vogal António Salavessa, nos seguintes termos: -"Abstive-me pelas razões que aduzi na intervenção".

Do Vogal Vitor Sequeira, nos seguintes termos: -"Com a vivacidade e a contundência que são características da vida parlamentar, decorreu nesta Assembleia a discussão sobre o Plano do Município de Aveiro para 1992.

Um tal Plano, mereceu aprovação unânime na Câmara Municipal, depois de aditadas e aprovadas também por unanimidade algumas propostas de alteração formuladas pela oposição.

Sendo certo que esta Assembleia é um órgão com autonomia e competências próprias, onde ninguém é "câmara de eco" de ninguém, não é menos certo que a Vereação é constituída por pessoas responsáveis que sabem o que querem, mas fundamentalmente, até onde podem ir.

Esta dupla visão das coisas significa portanto que Câmara e Assembleia (aqui da parte da oposição) têm olhos diferentes para uma mesma realidade e que tais olhos não deixam de estar iluminados, em qualquer das situações pelos mesmos princípios.

A única conclusão lógica a tirar será pois a de que ao idealismo das propostas da Assembleia se sobrepõe o realismo das soluções possíveis.

Qualquer Plano de Actividades é um projecto e não conhecemos nada nem ninguém que consiga cumprir todos os planos que faz, seja por omissão seja por excesso".

Neste momento o Vogal Custódio Ramos, interrompeu o Vogal Vitor Sequeira, pedindo intervenção da Mesa, já que considerou que o que está a ser apresentado pelo Vogal Sequeira, não é uma declaração de voto, mas sim uma intervenção de fundo, a qual deveria ter sido feita antes da votação, dada a extensão da mesma.

Apesar desta chamada de atenção à mesa o Vogal Victor Sequeira, prosseguiu com a sua declaração de voto: "Um plano encerra uma filosofia de actuação necessária e felizmente discutível, mas mal de quem se limita a cumpri-lo, como parece de sejar sofregamente a oposição.

A realidade das sociedades humanas é mutável a todo o momento e o grande mérito de qualquer executivo é o de preparar o futuro, em detrimento de soluções imediatistas, mas sem descurar o que é inadiável.

A crítica mais vibrante que a oposição aqui fez ao Executivo é que este plano como outros, é uma reposição dos planos anteriores inacabados.

Para além de dar a ideia de que a oposição não tem projectos de futuro, o que não é, sublinhe-se, a nossa ideia, parece que afinal o que era bom foi o que ficou por fazer, e valha a verdade que foi muito pouco.

Gerir sem meios é optar por prioridades com futuro, e estas ou se aproveitam ou se perdem porque elas não esperam por nós.

Devem ou não aproveitar-se ao máximo, os fundos estruturais da C.E.E.?

A resposta é óbvia para nós, embora não pareça ser óbvia para todos, se atentarmos em que nem todos os utilizam ou egotam.

Mas para aproveitar tudo, são precisas as contrapartidas das Câmaras que ou as têm e investem nisso, ou se gastam noutras coisas, menos importantes ou pelo menos adiáveis.

Sem se ser miserabilista, há que perguntar-nos se será mais importante investir em três escolas C+S em outras freguesias rurais, ou investir em projectos que vêm de trás mas que não têm aquela relevância?

Para a oposição, sabemos que preferia não as ter, uma vez que até rejeitou o protocolo.

Cada um assume as suas responsabilidades agora e no futuro, mas fica claro, para a história, do concelho que a oposição se auto-marginalizou nesta solução, que encerra muitas virtualidades, em termos de colaboração correcta entre a administração central e local, em termos de um alargamento e implantação de novos centros de interesse e centros cívicos no concelho, com repercussões enormes em termos de política urbanística e de fixação de populações, que se resolvem não com decretos ou regulamentos mas com obras a médio prazo.

Foi um exemplo, mas podíamos enunciar muitos outros que pela sua relevância, constituem penhor seguro de um aumento de qualidade de vida do cidadão.

Não defendemos a ideia de que tudo está feito ou de que tudo esteja bem feito.

Mas que a obra é globalmente positiva, isso é claro e óbvio e resiste a todos os testes, inclusivé o do passado dia 6 de Outubro.

Não deve pois a Câmara deixar-se impressionar com as criticas, embora deva ouvi-las com atenção despindo-as do sortilégio da promoção política do exterior, aliás compreensível, porque este é um órgão político.

Da nossa parte, preferimos a critica certa feita na hora oportuna, que não é obviamente a mesma da oposição.

Ainda não há muito tempo alguém dizia, justificando a sua recusa sistemática aos debates, que não queria promover a oposição, sinal de que a sua postura não é inédita.

Fundamentalmente somos nós que determinamos se e quando queremos intervir.

Vamos por isso continuar com a nossa postura nesta Assembleia, para incômodo de alguns, ouvindo tudo e todos com atenção e consideração com excepção das piadas tipo parlamentar, versão adaptada do chamado queijo tipo serra e que têm a graça, a qualidade e a imaginação das anedotas de alentejanos.

Não há planos ideais mesmo com dinheiro.

Há os planos possíveis e há filosofias de gestão.

Feito o balanço final, percebe-se agora porque é que uns estão na oposição e outros estão a liderar a Câmara.

Sem triunfalismos descabidos, a oposição só pode dizer, no máximo daqui a 17 anos, se tudo lhe corresse bem, e não correrá aquilo que nós podemos dizer hoje, com 15 anos de antecipação.

Estamos cá há cinco mandatos, a trabalhar mais que a falar. E estamos para continuar.

Não vemos necessidade nem obrigação de esconder as evidências e parece que às vezes é preciso lembrá-las. Quanto ao resto, cada um cumpre o seu papel. Por nós estamos muito satisfeitos com os quinze anos de actividade camarária, que agora passam, da presidência do Dr. Girão Pereira.

Por tal motivo, este foi o sentido de voto dos membros desta Assembleia eleitos pelo C.D.S."

Tomando a palavra o Sr. Presidente da Mesa, chamou atenção do Vogal Victor Sequeira, salientando que esta intervenção teria tido de facto lugar no período dedicado à discussão dos documentos em apreço.

Entretanto saíram da sala os Vogais Victor Mangerão, Cruz Tavares e Nuno Tavares.

ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL + SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - 1992

Deliberação da Reunião da Câmara Municipal de 91.12.11: -"CÂMARA MUNICIPAL - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 1992: - Pelo Vereador Sr. Coronel

Maia

Martinho foi feita a apresentação, em linhas gerais, do Plano de Actividades e do Orçamento para o próximo ano de 1992, ao que se seguiu uma explicação dada pelos Vereadores Prof. Celso Santos, Eng^o. Vitor Silva e Eng^o. Maia relativamente às verbas atribuídas aos diversos pelouros que detêm a seu cargo.

Entretanto deu entrada na sala o Sr. Presidente que assumiu a direcção dos trabalhos e teceu também considerações relativamente aos critérios adoptados quanto à definição dos objectivos, que presidiram à elaboração dos documentos em análise.

Imediatamente a seguir usaram da palavra a Vereadora Dr^a. Maria Antónia que solicitou que fossem consideradas verbas para determinados investimentos na área das freguesias rurais, mormente Eixo e Oliveirinha e o Vereador Sr. Eng^o. Sérgio Azeredo que teceu algumas considerações nomeadamente quanto às verbas a transferir para os Serviços Municipalizados e, também, relativamente à abertura de uma rubrica para o combate à toxicod dependência.

De seguida interveio também o Vereador Sr. Carvalho da Fonseca que solicitou alguns esclarecimentos relativamente às verbas destinadas às áreas da Saúde e Pessoal, no que foi devidamente esclarecido.

Interrompidos os trabalhos para o jantar pelas 20,30 horas, foram os mesmos reiniciados às 21,45 Horas.

Continuando a discussão dos documentos em análise, o Vereador Eng^o. Alves pediu também alguns esclarecimentos quanto às verbas inscritas em orçamento nomeadamente sobre a derrama e aquisição de terrenos.

Depois de toda esta troca de opiniões, foi deliberado, por unanimidade, atender às solicitações de todos os Senhores Vereadores e, por conseguinte, alterar a minuta dos dois documentos nesse sentido.

Postos ambos os documentos à votação, mereceram os mesmos aprovação por unanimidade, tendo os Senhores Vereadores Dr^a. Maria Antónia e Eng^o. Sérgio Azeredo apresentado a seguinte declaração de voto: "Aprovamos o Plano de Actividades e Orçamento da Câmara para 1992 partindo do princípio que serão contempladas todas as pretensões apresentadas por nós.

Os documentos ora aprovados vão ser submetidos à aprovação da Assembleia Municipal nos termos legais".

Reunião Extraordinária de 11/12/91 - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 1992 - Pelo Vereador Sr. Eng^o. Vitor Silva foram apresentados e explanados os documentos em epígrafe, os quais, após breve análise e troca de impressões, foram também aprovados por unanimidade, tendo o Vereador Sr.

Eng^o. Sérgio Azeredo manifestado o desejo de que as verbas que estão inscritas no Orçamento da Câmara para transferir para os Serviços Municipalizados, sejam de facto transferidas atempadamente pois só assim se poderá realizar o Plano.

Os presentes documentos vão ser também submetidos à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos legais.

RECEITAS

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara, começou por referir que sobre a matéria em causa, pouco há a dizer remetendo por isso os Srs. Deputados para as considerações iniciais em que de uma forma genérica se aborda fundamentalmente a origem da receita, com algumas considerações sobre a sua proveniência e ainda algumas notas sobre algumas dificuldades de entendimento que possa haver sobre essa matéria. Prosseguindo, referiu que de receitas correntes há um saldo de cerca de quatrocentos mil contos que será investido em despesas de capital, salientando também que da gestão no próximo ano terá que ser feita fundamentalmente na contenção das despesas correntes, para ampliar eventualmente o saldo existente neste orçamento.

Seguidamente no uso da palavra o Vereador Victor Silva, referindo-se ao documento em análise começou por dizer que o mesmo é bastante claro e que suscita poucas dúvidas. Relativamente à proveniência das receitas disse que as mesmas provêm essencialmente da venda de serviços e de algum património, concretamente da venda do terreno onde estão actualmente instalados os S. Municipalizados e ainda da distribuição domiciliária de águas. Referiu-se também a uma transferência de capital da Câmara Municipal para os Serviços Municipalizados, respeitante ao financiamento de obras apoiadas pelos fundos comunitários, na ordem dos trezentos mil contos.

A finalizar informou ainda que as receitas resultantes da venda de serviços de transportes colectivos é de duzentos e oitenta e cinco mil contos; saneamento, cinquenta mil contos e da distribuição de água domiciliária é de quatrocentos e cinquenta mil contos.

Usou seguidamente da palavra o Vogal Custódio Ramos, para referir, que considera ser uma espécie de traição o tipo de declaração de voto formulado pelo Vogal Victor Sequeira; já que este reproduziu abusivamente (até com um certo reparo por parte da Mesa), que aliás costuma ser imparcial, um "relambório, que disse não saber se foi o Dr. Girão Pereira que o redigiu", partidariando-se assim cada vez mais tudo isto, ao contrário do que tem vindo a ser defendido no seio desta Assembleia.

Alving

Tomando a palavra o Sr. Presidente da Câmara, salientou que não admite ao Vogal Custódio Ramos, que insinue que a sua pessoa tenha eventualmente conhecido sequer o texto emitido pelo Vogal Vitor Sequeira, e muito menos redigi-lo, pelo que fez questão de ficar exarado em acta o seu protesto. Disse entender ainda, que esta não é a forma correcta nem democrática de abordar os problemas e que portanto não poderia deixar passar isto em claro.

O Vogal José Luís Christo, elaborou também o seguinte protesto:—"quem tem sistematicamente interrompido as intervenções da bancada do C.D.S. ou de elementos do C.D.S., não somos nós, são os outros, nós ouvimos normalmente as intervenções dos outros sem as interromper. Quer queiram quer não o que foi produzido pelo Dr. Victor Sequeira, foi uma manifestação das razões do voto dos elementos da bancada do C.D.S., foi uma declaração de voto e mais nada. E não utilizou quaisquer outros elementos anómalos de justificar a votação dos elementos da bancada do C.D.S., que não fossem os relacionados, quer com a gestão camarária que foi sempre trazida à baila pela oposição a gestão passada, quer o próprio plano apresentado e não compreendo certos comentários a dizer que fizemos aqui uma intervenção política quando as próprias bancadas da oposição, salvo raras excepções nas suas intervenções não fizeram outra coisa que não justificar as suas abstenções por razões de ordem política que não tem nada a ver com o Plano que se estava a discutir e a aprovar".

Entretanto saiu da sala o Vogal Óscar Paulo.

DESPESAS

Usando da palavra o Sr. Presidente da Câmara, referiu apenas que a percentagem de despesas de capital sobre o orçamento é de 69,5%, quando as despesas correntes são de 30%, o que considerou uma óptima percentagem. Referiu ainda que no próximo ano a gestão da Câmara em despesas correntes, vai versar muito e vai haver um cuidado especial sobre este sector das despesas correntes, tentando diminuir no possível este tipo de despesa.

Usando também da palavra o Vereador Vitor Silva, disse que relativamente a esta matéria, não tem nada de especial a dizer, pelo que preferiu colocar-se à disposição da Assembleia para eventuais esclarecimentos.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Rogério Madail, para referir que de ano para ano cresce significativamente a rubrica "Encargos com a saúde", considerando por isso que se deve fazer um pouco de produtividade de forma a que estes encargos não pesem tanto no orçamento municipal. Referindo-se às verbas dispendidas com trabalho extraordinário, considerou-as elevadas (25 mil contos), manifestando

Tracy 

a opinião de que a Câmara deve ter um pouco de cuidado nesta matéria, com vista a que não se atinjam verbas tão elevadas.

No que se refere a "Encargos com a Saúde", atendendo aos montantes gastos nesta área, sugeriu que a Câmara de Aveiro, a exemplo de outras Câmaras, deve fazer seguros do seu pessoal, precisamente para atenuar os elevados encargos suportados pela Câmara em matéria de saúde.

Finalmente e no que se refere à rubrica "Outros", disse ser de opinião que a Câmara deveria ser mais concreta na discriminação desta rubrica, tendo em vista uma maior clareza sobre a aplicação dos dinheiros.

Novamente no uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara deu algumas explicações relativas às questões levantadas, referindo nomeadamente que sobre a questão dos encargos com pessoal, este tem de facto vindo a subir, muito embora tenha havido contenção nas admissões de pessoal e nomeadamente até uma redução. De facto, disse estar-se numa época de redução de pessoal na Câmara, simplesmente o que acontece é que os encargos com o I.R.S., Caixa Geral de Aposentações, Montepio e os próprios vencimentos subiram de uma forma significativa, aumentando consequentemente os referidos encargos, que são impostos à Câmara por lei, não resultando por isso o aumento dessa verba, de qualquer acréscimo do número de funcionários. Relativamente ao trabalho extraordinário, disse ser intenção da Câmara fazer uma redução substancial nesta matéria, todavia referiu que há sempre uma franja de pessoal nomeadamente o dos Mercados, Feiras, Lanchas, etc., que têm mesmo que fazer trabalho extraordinário.

Finalmente disse que os encargos com a saúde são os resultantes dos encargos com as instituições A.C.A.S.A. e A.D.S.E., as quais proporcionam uma boa assistência médica aos funcionários.

Não se registando mais intervenções o Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia o Orçamento da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados, para 92, tendo os mesmos merecido aprovação por dezassete votos a favor e oito absenções.

Seguiram-se declarações de voto dos seguintes Vogais:

Do Vogal Rogério Madail, nos seguintes termos: -"abstivemo-nos porque o Orçamento é a tradução financeira do Plano, portanto teríamos que manter a mesma lógica".

Do Vogal Custódio Ramos, nos seguintes termos: -"o voto de abstenção é por coerência com o outro voto no Plano, dada a conexão que um documento tem com o outro. Já o ano passado referi que isto não passa de um ritual que anualmente temos que fazer dada a impossibilidade da Assembleia não poder introduzir qualquer alteração a uma ideia, a uma verba, a um projecto. Sobre a questão da eventual falta de simultaneidade do sentido de voto entre os membros da Câmara dos vários partidos na Assembleia, deixo a ideia que talvez sejam a matéria que os partidos políticos reflectam em ordem a saber se a lei eleitoral está correcta quando os Vereadores são eleitos da forma como são, ou se porventura não deveriam sair por exemplo de uma maioria que exista num órgão deliberativo como este, à semelhança aliás da Europa que nós tanto apregoamos".

E nada mais havendo a tratar o Presidente deu por encerrada a presente reunião.

Eram 02,45 Horas do dia 31.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos legais.

Francisco Sá

J. M. Macedo, Secretário

